ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 157995
Classificação
05/05/02 / /
Data
02/06/06
Celeste Correia

Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE
2/6/2006

Por determinação de Sua Excelência o Presidente da A.R., à DAPLEN
06.06.01

Requerimento

№ 2204/X (1ª) – AC

Assunto: Defesa das embarcações tradicionais dos rios Tejo e Sado.

Autores: António Chora e Mariana Aiveca.

Dirigido a: Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e Ministra da Cultura.

Data: 9 de Maio de 2006.

As embarcações tradicionais do rio Tejo e do rio Sado constituem um importante património cultural e turístico de Portugal, em especial para as populações residentes no Distrito de Setúbal, onde, nos seus vários concelhos ribeirinhos existem várias associações que pugnam pela manutenção e valorização de belíssimas embarcações que ainda hoje navegam pelos rios Tejo e Sado.

As embarcações típicas destas terras, são, por isso, únicas em todo o mundo e carecem de protecção adequada para a sua preservação e conhecimento das gerações vindouras.

06 06 02

Embarcações como a Fragata, a Canoa, o Catraio, o Varino, a Falua, com ou sem vela à Latina, o Batel do Tejo, o Cangueiro, o Bote cacilheiro, o Culé ou a Muleta do Seixal, alguma delas navegando ainda no rio Tejo, dão um colorido único ao tão importante curso de água e constituem atracções turísticas de inegável interesse estratégico que urge preservar.

O mesmo se diga para o Iate ou Hiate, para o Laitau ou para o Galeão do Sado que enriquecem a belíssima paisagem do rio Sado.

O Bloco de Esquerda entende que tais embarcações devem ser protegidas, adoptando um regime especial para as mesmas e dando instrumentos logísticos e financeiros às várias associações navais existentes na zona para que estas possam ter meios e condições para preservar tão importante legado, contribuindo, dessa forma, para a riqueza e diversidade cultural existente no nosso país.

Neste sentido, o Bloco de Esquerda propugna que as entidades competentes criem um conjunto de incentivos que, dada a actual situação, certamente, se revelariam de extrema utilidade na defesa deste género de embarcações. Um desses incentivos de extrema importância seria classificar estas embarcações como constituindo património cultural de Portugal, passando depois pelas consequentes, e também necessárias, isenções ao nível de taxas e licenças, assim como a aprovação de um pacote financeiro para que as diferentes associações navais pudesse efectuar obras de restauro e conservação nas embarcações mais carenciadas daquele tipo de intervenção.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, requer-se ao Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e à Ministra da Cultura as seguinte informações:

- Têm conhecimento da situação específica das embarcações tradicionais do rio Tejo e do rio Sado?

- Planeiam alguma acção legislativa ou de outro tipo no sentido de defender e preservar o património cultural único que as embarcações típicas dos rios Tejo e Sado representam?

O deputado e a deputada do Bloco de Esquerda,

António Chora e Mariana Aiveca.